

Economic Analysis of Law Review

Revisão das Políticas Governamentais Implementadas no Brasil Durante o Covid-19

Review Of Governmental Policies Implemented In Brazil During Covid-19

Javier Cifuentes-Faura¹
Universidad de Murcia

RESUMO

A atual crise do coronavírus forçou as instituições governamentais a adotar políticas para reduzir o impacto da pandemia. Este documento analisa as políticas econômicas impostas pelo governo brasileiro para favorecer as empresas, os trabalhadores e os cidadãos e o impacto econômico que isso implica e a grande queda prevista no PIB. Há também uma análise da política monetária e das linhas de crédito oferecidas pelos bancos. Conclui que não será suficiente aplicar simplesmente estas medidas, mas que serão necessárias medidas mais restritivas e de contenção para acelerar a recuperação. A transparência no governo é fundamental em todo este processo.

Palavras-chave: coronavírus, Covid-19, políticas governamentais, Brasil.

JEL: K0, K4, K40, K42

ABSTRACT

The current coronavirus crisis has forced government institutions to adopt policies to reduce the impact of the pandemic. This document analyses the economic policies imposed by the Brazilian government to favor companies, workers and citizens. and the economic impact that this entails and the large projected fall in GDP. There is also an analysis of monetary policy and credit lines offered by banks. It concludes that it will not be enough simply to implement these measures, but that more restrictive and restraining measures will be needed to accelerate recovery. Transparency in government is fundamental in this whole process.

Keywords: coronavirus, Covid-19, government policies, Brazil.

R: 19/11/2020 **A:** 12/12/2020 **P:** 31/12/2020

¹ E-mail: javier.cifuentes@um.es

1. Introdução

Um novo coronavírus, conhecido como Covid-19, surgiu na China no final de 2019 e espalhou-se rapidamente pelo mundo, afetando praticamente todos os países e causando milhões de infecções e milhares de mortes (Cifuentes-Faura, 2020a). A Organização Mundial de Saúde declarou esta situação como uma emergência sanitária e catalogou-a como uma pandemia a nível internacional.

A crise do coronavírus pode pôr em evidência os possíveis riscos e oportunidades de corrupção no sistema de saúde, em que certas pessoas podem ser privadas ou se beneficiar de certos privilégios nos cuidados de saúde.

Durante esta crise, é essencial que o Governo brasileiro seja transparente. A transparência é um elemento-chave da boa governação (Kjaer, 2004; Kim et al., 2005; Grimmelikhuijsen, 2012). O aumento dos níveis de transparência e a sua correta avaliação contribuem para melhorar a responsabilização do governo perante os seus cidadãos (Hood e Heald 2006). Uma melhor informação pode influenciar positivamente a velocidade de crescimento das economias e a qualidade da governação (Bertot et al., 2010). No entanto, a corrupção e a falta de transparência prosperam frequentemente em tempos de crise, quando a confiança nas instituições é muitas vezes menor.

Deve também evitar-se um novo fenómeno de "Infodemias" ou "epidemia de falsas informações" sobre a Covid-19. Uma enorme quantidade de informação não verificada está actualmente a ser divulgada sobre vários aspectos da doença de Covid-19 (Cinelli et al., 2020; Cifuentes-Faura et al., 2020b).

Por outro lado, a emergência gerada pela expansão da Covid-19 acelerou no Brasil a tensão com o poder político (Fuccille, 2020; Goldstein, 2020). Os reveses do Presidente Bolsonaro conduziram ao desmantelamento da coligação que conduziu à sua vitória nas eleições de 2018. A explosão no governo ocorreu com a demissão do Ministro da Justiça Sergio Moro, o juiz estrela contra a corrupção e uma das mais prestigiadas figuras políticas da opinião pública.

O Supremo Tribunal Federal ordenou uma investigação sobre o presidente do Brasil, que o ex-ministro da Justiça Sergio Moro acusou de interferência política no judiciário. Moro, anunciou a sua demissão depois de Bolsonaro ter demitido o diretor-geral da Polícia Federal. Toda esta situação significa mais caos, num momento em que a unidade e a formulação de políticas governamentais são necessárias para combater a Covid-19, para reduzir a crise sanitária e económica (Dweck, 2020; Xavier, 2020).

O governo brasileiro anunciou um programa para reduzir o impacto económico da pandemia do coronavírus, permitindo a suspensão dos contratos e a redução dos salários e das horas de trabalho em troca da ajuda governamental aos trabalhadores. Aprovou o chamado Programa de Manutenção de Emprego de Emergência (Brasil, 2020), que permite às empresas reduzir os salários e horários dos seus trabalhadores em 25%, 50% ou 70% durante três meses, bem como a suspensão do emprego por um período até dois meses.

Neste artigo, revemos as políticas que estão a ser implementadas pelo governo brasileiro para reduzir o impacto da crise. Esta revisão foi realizada através da busca de informações em diferentes websites e no website do governo brasileiro.

2. Políticas Econômicas do Governo Brasileiro

O Congresso declarou estado de emergência pública (Tedesco e Dias, 2020) para que não seja obrigado a cumprir a meta do déficit para 2020 e aboliu o limite máximo de despesas constitucional, devido à necessidade de aplicar medidas excepcionais em matéria de saúde e de prestar uma assistência social mais alargada. O governo brasileiro anunciou uma série de medidas fiscais que totalizam 6,5% do PIB. As medidas orçamentais incluem o apoio temporário às famílias mais vulneráveis (pagamento antecipado de pensões aos reformados, alargamento do programa Bolsa Família para incluir mais de 1 milhão de beneficiários, transferências em dinheiro para os trabalhadores informais e desempregados e pagamento antecipado de subsídios salariais aos trabalhadores com baixos rendimentos); apoio ao trabalho (compensação parcial aos trabalhadores temporariamente suspensos ou com horários de trabalho reduzidos, bem como isenções fiscais temporárias e linhas de crédito para as empresas que preservam o emprego); redução dos impostos sobre a importação de produtos médicos essenciais e novas transferências do governo federal para os governos estaduais para apoiar o aumento das despesas com a saúde e como proteção contra a queda dos rendimentos. As medidas mostradas neste trabalho foram extraídas de relatórios, websites e do site oficial do Governo do Brasil.

O Brasil já tinha um elevado nível de dívida pública antes da pandemia. O país está empenhado em medidas orçamentais, embora a necessidade de servir a população e o sistema de saúde suscite expectativas de uma deterioração dos saldos orçamentais e da dívida pública.

Foram anunciadas a renegociação da dívida e o apoio a operações de empréstimo através de garantias governamentais, transferências para compensar perdas de rendimento ou uma suspensão temporária dos pagamentos da dívida. Os bancos públicos estão a alargar as linhas de crédito às empresas e às famílias e o governo apoiará 0,5% do PIB da linha de crédito para cobrir o custo total da remuneração do trabalhador.

O Tesouro Nacional respondeu às pressões sobre as taxas de juro no mercado de futuros, anunciando um programa de leilões simultâneos de títulos do Estado.

Em termos de política monetária, foram implementadas medidas para aumentar a liquidez no sistema financeiro, tais como a redução das reservas de conservação de capital e uma flexibilização temporária das regras de provisionamento. O banco central também abriu uma área para a concessão de empréstimos a instituições financeiras apoiadas por obrigações de empresas privadas como garantia.

Além disso, a Reserva Federal concordou em conceder até 60 mil milhões de dólares ao Banco Central. Os cinco maiores bancos do país concordaram em considerar os pedidos de indivíduos e PME para um prolongamento de 60 dias das suas obrigações de dívida vencidas.

Para mitigar os problemas cambiais, o Banco Central interveio várias vezes no mercado cambial e está a retomar as operações de recompra de obrigações soberanas brasileiras em dólares americanos, que poderão potencialmente libertar 10 mil milhões de dólares no mercado monetário.

A seguir são resumidas várias das políticas implementadas pela administração pública brasileira em apoio às famílias, às empresas ou ao emprego, e o impacto económico que isso implica. Discute igualmente as políticas de relançamento das companhias aéreas, o crédito bancário e a política monetária.

- Apoio às famílias

Durante três meses, o governo transferiu 600 reais (aproximadamente 120 dólares) para trabalhadores desempregados ou membros de uma família com baixos rendimentos com mais de 18 anos e sem direito a outras prestações sociais. O custo fiscal está estimado em 45 mil milhões de reais (9 mil milhões de dólares) e deverá atingir até 20 milhões de pessoas.

Quanto às pensões dos aposentados, houve um pagamento antecipado (impacto de 46 mil milhões de reais, ou seja, 9,2 mil milhões de dólares).

Houve um subsídio de gratificação salarial, com um adiantamento para o próximo mês de Junho, que terá um impacto de 12,8 mil milhões de reais (2,5 mil milhões de dólares).

Quanto ao fornecimento de energia, a Agência de Eletricidade (Aneel) suspendeu os cortes de energia devido à falta de pagamento durante 90 dias. Além disso, a população de baixos rendimentos, registrada para as taxas mais baixas (o programa da Tarifa Social), não será sujeita a controles periódicos nos próximos meses e, por conseguinte, não perderá o benefício.

O Programa Bolsa Família de Transferência Condicional de Dinheiro (Saraiva et al., 2020) foi reforçado, com a inclusão de mais de 1 milhão de beneficiários, representando um impacto de até R\$ 2 bilhões (US\$ 400 milhões) e a interrupção, por 120 dias, do bloqueio e cancelamento dos benefícios.

Os empréstimos de crédito para pagamento de salários terão um alargamento do prazo para 84 meses e uma redução dos juros máximos (1,8% ou 2,7% sobre o cartão de crédito). O seguro de desemprego será adiantado para 25% do montante do seguro de desemprego para aqueles que auferem até dois salários-mínimos e salários reduzidos. Esta medida terá um impacto de 10 bilhões de reais (2 bilhões de dólares). Além disso, haverá uma antecipação de parte do benefício para pessoas com deficiência e prestações de doença, com um impacto estimado em 5 mil milhões de reais (mil milhões de dólares).

A cobrança da dívida será suspensa e as condições de renegociação da dívida pela Procuradoria-Geral da República serão facilitadas. Durante o período de suspensão, as refeições escolares podem ser distribuídas diretamente às famílias dos alunos da escola pública.

Houve um adiamento de três meses dos pagamentos para o financiamento imobiliário, o que beneficiou quase um milhão de famílias. Além disso, o prazo para a entrega de declaração do imposto sobre o rendimento foi adiado.

- Apoio às empresas

Crédito foi concedido a micro e pequenas empresas (R\$ 5 bilhões, ou 1 bilhão de dólares). Para proporcionar liquidez às empresas, o governo está a considerar adiar o pagamento de impostos federais pelas empresas por dois ou três meses. Para os trabalhadores com Covid-19, o governo pagará os primeiros 15 dias de licença para aqueles que estão doentes com o vírus. O acesso ao crédito e o diferimento dos pagamentos será facilitado às empresas de turismo e haverá, entre outras medidas, uma alteração na forma de contribuição para o financiamento da Segurança Social.

- Emprego

Haverá medidas para proteger os empregos formais, incluindo o trabalho à distância ou o teletrabalho, a antecipação de empregos individuais, férias pagas, férias obrigatórias, aumento do tempo de descanso compensatório ou reduções proporcionais dos salários e do horário de trabalho.

É assim decretado um programa de manutenção de emprego de emergência, em que o governo autoriza a redução das horas de trabalho e dos salários em troca da manutenção dos postos de trabalho. O Governo pagará um subsídio para compensar o corte, mantendo simultaneamente uma carga de trabalho mais reduzida.

- Companhias aéreas

O Banco do Brasil autorizou as companhias aéreas a permanecerem até quatro meses sem pagar juros. O banco pode garantir esta medida através de operações de redesconto.

O pacote de auxílios às companhias aéreas consiste em um adiamento de 6 meses da cobrança das taxas de navegação aérea, em um adiamento até Dezembro de 2020 da cobrança das taxas de concessão aos concessionários dos aeroportos, sem multas, e num período de prorrogação para as companhias aéreas reembolsarem os clientes pelos voos cancelados. A aviação comercial representa 1,9% do PIB, pelo que é de grande importância servir este sector com ajudas públicas.

- Crédito

A estatal Caixa Econômica Federal (Caixa) concedeu linhas de crédito no valor de R\$ 108 bilhões (US\$ 21,6 bilhões) às pequenas e médias empresas. O banco também reduziu as taxas de juro de alguns tipos de crédito e ofereceu aos clientes um período de carência de 90 dias.

Além disso, o Banco do Brasil anunciou um aumento de R\$ 100 bilhões em suas linhas de crédito, para investimentos e capital de giro, pagamento antecipado de contas a receber, agronegócios e crédito a pessoas físicas. O banco também aumentou o limite de crédito para 13 milhões de clientes. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) anunciou medidas como a abertura de um empréstimo para capital de exploração, uma linha para micro e pequenas empresas e uma suspensão de seis meses do pagamento de empréstimos por liquidar, sem pagamento de juros em atraso.

- Política monetária e cambial

Nas operações cambiais, o financiamento e o apoio à liquidez serão prestados através de leilões de *swaps* cambiais, leilões à vista, linhas de crédito em USD ou leilões de seis meses, a fim de reduzir a volatilidade excessiva e proporcionar cobertura. Haverá melhorias nas regras do rácio de liquidez a curto prazo, com um impacto de 135 mil milhões de reais (27 mil milhões de dólares) na liquidez.

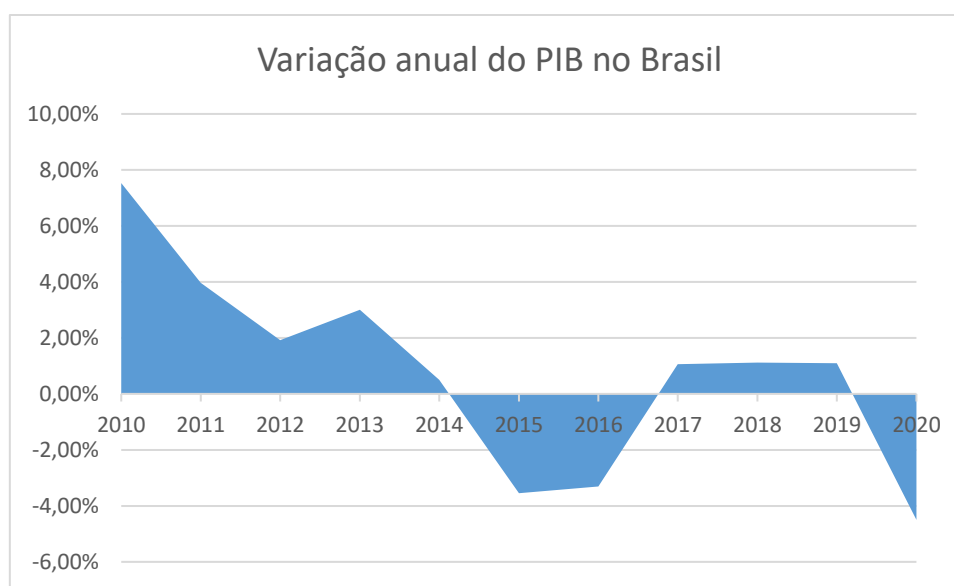
Estas são algumas das principais medidas tomadas pelo Governo brasileiro para fazer face a esta crise económica, mas isso pode não ser suficiente.

É verdade que é muito importante estabelecer políticas económicas a nível governamental para proteger um país da crise da Covid-19, mas também é vital reduzir o número de infecções. A situação no Brasil por parte do governo é bastante preocupante e, embora tenham sido tomadas

medidas econômicas para reduzir o impacto da crise, a população deve também ser obrigada a permanecer em quarentena e em isolamento domiciliar. Quanto mais depressa o número de infecções no país for reduzido, mais depressa esta crise terminará e a recuperação econômica poderá começar. O governo deve, portanto, adotar medidas econômicas, mas também medidas de proteção da saúde.

Os economistas do Citi² previram que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil irá contrair 4,5%, a pior contração anual da história (ver Figura 1).

Figura 1. Evolução anual do PIB no Brasil (2010-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial.

É por isso que é importante tomar medidas a nível governamental e proteger as empresas e os trabalhadores, mas mais importante ainda é proteger a população da pandemia.

A educação à distância e o teletrabalho são fundamentais para conter esta pandemia. Contudo, muitos cidadãos brasileiros não têm as condições necessárias para aceder à Internet e trabalhar ou estudar a partir de casa. O Governo brasileiro deveria igualmente fornecer um plano de apoio para incentivar o teletrabalho e o ensino à distância. Esta posição é fundamental para a recuperação económica futura.

Ao impor medidas de contenção à população, a utilização obrigatória de máscaras ou de géis desinfetantes aumentará a contenção do vírus. Embora isto possa paralisar a economia durante algumas semanas, a longo prazo será positivo, uma vez que a recuperação pode começar

² Para mais informações, ver <https://www.infobae.com/america/agencias/2020/04/27/panorama-economico-brasil-se-oscorece-citi-preve-peor-contraccion-anual-de-la-historia/>

mais cedo. Assim, foi demonstrado em países como a Polônia ou a República Tcheca, que agiram e impuseram medidas restritivas muito antes do início da pandemia no seu país e que, por conseguinte, foram menos afetados.

3. Conclusões

É importante que o governo seja transparente e forneça melhor informação, uma vez que tal pode ter uma influência positiva na velocidade de crescimento das economias e na qualidade da governação.

O Congresso aprovou o decreto legislativo que reconhece o estado de emergência pública no Brasil, pelo que não é obrigado a cumprir o objetivo do equilíbrio fiscal em 2020. Isto isenta a necessidade de solicitar ao Congresso autorização para emitir obrigações federais. Foi criado um regime extraordinário para permitir a expansão das despesas públicas.

Várias políticas foram implementadas pela administração pública brasileira em apoio às famílias, às empresas ou ao emprego. Estas medidas são necessárias para relançar a economia. Mas isto por si só não é suficiente. As previsões para a queda do PIB no Brasil são bastante negativas, e mesmo a maior queda na história do país já foi prevista. Para uma recuperação econômica mais precoce, será necessário impor medidas de contenção à população, a fim de reduzir a propagação do vírus, tendo simultaneamente um governo forte e unido e aberto à cooperação entre todos os países. O coronavírus é um problema de todos e, como tal, todos os países devem cooperar de forma solidária na luta contra a pandemia.

4. Referências

- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., y Grimes, J. M. (2010). **Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies**. *Government Information Quarterly*, 27(3), 264– 271. doi:10.1016/j.giq.2010.03.001
- Cifuentes-Faura, J. (2020). **Crisis del coronavirus: impacto y medidas económicas en Europa y en el mundo, Espaço e Economia**. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.12874>
- Cifuentes-Faura, J. (2020). **Infodemics during COVID-19: resources and recommendations to combat it**. *Online Information Review*. <https://doi.org/10.1108/OIR-08-2020-0352>
- Cinelli M, Quattrocioni W, Galeazzi A, Valensise CM, Brugnoli E, Schmidt AL (2020). The COVID-19 Social Media Infodemic. arXiv preprint arXiv:200305004.
- Dweck, E. (2020). **Impactos macroeconômicos e setoriais da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro, May.
- Fuccille, A. (2020). **Brasil, Jair Bolsonaro y el COVID-19**. *Real Instituto Elcano*, 17.

- Goldstein, A. (2020). **Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro (Vol. 70)**. Marea Editorial.
- Brasil (2020). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-em-outros-idiommas/covid-19/el-gobierno-lanza-un-programa-de-emergencia-para-mantener-el-empleo-y-hacer-frente-a-los-efectos-economicos-del-covid-19>
- Grimmelikhuijsen, S. (2012). **Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: An experiment**. *International Review of Administrative Sciences*, 78(1), 50–73. doi:10.1177/0020852311429667
- Hood, C. & Heald, D. (2006). **Transparency: The Key to Better Governance? Proceedings of the British Academy** (135). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Kim, S. & Lee, J. (2012). **E-Participation, transparency, and trust in local government**. *Public Administration Review*, 72(6), 819–828. doi:10.1111/j.1540-6210.2012.02593.x
- Kjaer, A. M. (2004). **Governance: Key concepts**. Cambridge, UK: Polity.
- Xavier, E. C. (2020). **O Brasil no covid-19 e no pós covid-19: análise e perspectivas dos bancos públicos no apoio da economia brasileira**. *Boletim Economia Empírica*, 1(4).
- Saraiva, S. T. S., Lima, V. W. N., & Borges, A. E. D. A. (2020). **A contribuição do programa bolsa família para o enfrentamento das desigualdades sociais**. *Qualitas Revista Eletrônica*, 20(2), 137-156.
- Tedesco, T. F., & Dias, R. (2020). **La emergencia de salud pública internacional derivada del coronavirus (covid-19) y la reacción normativa brasileña: un panorama a partir de la ley 13.979/2020**.